



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
1ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
INSPETORIA GENERAL GÓES MONTEIRO**

**DIEx nº 65-SSDE/S2/Subchefia
EB: 64601.001986/2020-09**

URGENTE

Rio de Janeiro, RJ, 15 de janeiro de 2020.

Do Chefe da 1ª ICFEx

Ao Sr Subchefe do Centro de Controle Interno do Exército

Assunto: consulta da 1ª RM - Termo Circunstanciado Administrativo - TCAdm

Anexo: DIEx nº 30-SCAIDE/Cmdo 1ª RM, de 3 JAN 20.

1. Versa o presente expediente sobre a aplicabilidade do Termo Circunstanciado Administrativo (TCAdm) em casos de Ajuste de Contas de Inativos e Pensionistas.

2. O Cmdo da 1ª Região Militar formulou questionamento acerca do assunto em tela, conforme DIEx anexo. Nesse sentido, esta Inspeção entende que nos casos em que o valor devido for inferior ao limite previsto para aplicação das Normas para a Apuração de Prejuízo de Pequeno Valor (EB10-N-13.009), seria também aplicável aos casos de Ajuste de Contas de Inativos e Pensionistas, podendo então ser utilizado em substituição à Sindicância, desde que atenda ao previsto nos critérios de sua utilização a seguir transcrito:

"Art. 3º O Cmt, Ch ou Dir OM designará, mediante publicação em Boletim Interno (BI), o encarregado da lavratura do TCAdm, que poderá ser oficial, aspirante a oficial, subtenente ou sargento aperfeiçoado, de maior precedência hierárquica que o indicado como responsável pelo dano.

§ 1º Para instauração do TCAdm devem estar presentes, de forma cumulativa e concomitante, os seguintes requisitos:

I - prejuízo de pequeno valor;

II - responsável pelo dano previamente identificado;

III - ausência de indícios de conduta dolosa ou de má-fé, ainda que de forma subjetiva; e

IV - inexistência de normativo específico que determine a instauração obrigatória da sindicância, a exemplo da apuração de acidentes de trânsito envolvendo viaturas pertencentes ao Exército Brasileiro.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se prejuízo de

pequeno valor aquele igual ou inferior ao limite estabelecido como de licitação dispensável, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993." (grifo nosso)

3. Solicito a esse Centro, o que faço por vosso intermédio, ratificar ou retificar o entendimento desta Unidade de Controle Interno sobre a possibilidade do uso do TCAdm nos casos em questão.

4. Cabe destacar que do universo dos processos ainda pendentes de Ajuste de Contas na 1ª RM a grande maioria se enquadra no § 2º, do Art 3º, da supracitada norma.

NALMIR PINTO FERREIRA DA SILVA - Cel

Chefe da 1ª ICFEx

"INTENDÊNCIA: SOLDADO DO ACANTO, UM SÉCULO DE EXCELÊNCIA NA LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE"